



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE LUTA ARMADA DURANTE A DITADURA BRASILEIRA (1968-1973): UM OLHAR A PARTIR DE PERNAMBUCO

Maicon Mauricio Vasconcelos Ferreira

mf.ferreiro@outlook.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO:

No pós golpe de 1964, a luta armada no Brasil começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968. As principais organizações voltadas para a luta armada que atuaram em Pernambuco foram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), O Partido Comunista Revolucionário (PCR), A Frente de Libertação do Nordeste (FLNe) e a Varguada Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), sendo a primeira a maior e mais expressiva Organização da Esquerda Armada que atuou em Pernambuco durante o período da ditadura, - 1968-1973, anos de sua existência-, além de possuir a maior inserção no movimento estudantil do Estado, donde proveio também a majoritária de seus quadros. É sobre este aspecto que este artigo traz considerações.

Palavras-chave:

Ditadura brasileira. Luta Armada. Movimento Estudantil.

ABSTRACT

In the post-coup of 1964, the armed struggle in Brazil began to be attempted by the left in 1965 and was finally decided in 1968. The main organizations involved in the armed struggle in Pernambuco were the Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) the Liberation National Alliance (ALN), the Revolutionary Communist Party (PCR), the Liberation Front of the Northeast (FLNe) and the Varguada Armada Revolucionaria - Palmares (VAR-Palmares), being the first largest and most expressive Organization of the Armed Left who worked in Pernambuco during the period of the dictatorship, 1968-1973, years of its existence, besides having the greatest insertion in the student movement of the State, from which also came the majority of its cadres. It is on this aspect that this article brings considerations.

Keywords:

Brazilian dictatorship. Armed struggle. Student Movement.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Em 1º de Abril de 1964, o Estado democrático de direito¹ no Brasil e o povo, são vítimas de um golpe de direita de composição civil-militar. Instaura-se uma ditadura no país, que irá perdurar por “21 anos de arbítrio e exceção” (CAMPOS, 2011. p.19). E como todo sistema autoritário, com seu caráter intrinsecamente repressivo, não seria admitida qualquer contestação. Pautava-se na Ideologia de Segurança Nacional (Cf. COMBLIN, 1978) que instituiu a noção de guerra interna e concomitantemente à busca desenfreada da institucionalização de todo aparelhamento repressivo fundado na utopia autoritária.

O processo conspiratório, e o próprio golpe, demonstraram-se como um recurso utilizado pela classe dominante, civil e militar, intermediada pelas suas forças políticas e entidades de classe, para refrear as conquistas democráticas que vinham sendo galgadas pela classe trabalhadora a partir da curta experiência democrática brasileira, sobretudo nos anos 60 e com maior agudeza no governo de Jango. O golpe asseguraria a dominação burguesa num momento de crise de hegemonia (Cf. DREIFUSS, 2006).

Já no ano de 1968, de modo semelhante ao cenário em nível mundial e nacionalmente, em Pernambuco, também se configurou como de extrema agitação e vivacidade dos movimentos que se organizavam na contramão do regime civil-militar que vigorava. A resistência se fortalece, as manifestações aumentam exponencialmente, ainda que a repressão política igualmente.

Esse ano irá marcar o ponto culminante de uma década de movimentos juvenis que se espalharam por quase todo o planeta e no Brasil irá assinalar a “opção” pela luta armada como via alternativa de resistência e construção de uma nova sociedade: há uma radicalização da oposição ao regime, que em resposta decreta a 13 de dezembro o Ato Institucional nº 5, o AI-5, este irá cercear toda liberdade de expressão democrática que ainda se pudesse aventar como possível aos opositores ao Estado ditatorial. Era a oficialização patente do Terrorismo de Estado, o qual perduraria em efetividade até a segunda metade dos anos 1970, mais precisamente até 1978.

¹ Entendendo Estado de Direito como o “Estado cujo poder político se submete ao império da lei – expressão da vontade da nação e elaborada pelo Parlamento – e não às vontades pessoais do governante. Estado de Direito é o Estado que possui poderes políticos autolimitados, em nome da liberdade da sociedade burguesa que se consolida. (BOBBIO, 1992. p.157)



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Pairava no ar um clima revolucionário, a resistência à ditadura entremeava-se com o ideal revolucionário, os militantes requeriam ações mais contundentes e radicais no enfrentamento ao Estado opressor. As utopias são a máxima do movimento, num sentimento de fervor e impaciência por profundas transformações sociais. O PCB terá dividendos negativos dos acontecimentos, pois daí irá surgir vários rachas e uma fragilização decorrente. Alçava-se a visão inclusive de que “a postura essencialmente “reformista” e não revolucionária do PCB teria sido responsável pelo golpe de 64” (Idem).

A anunciação da luta armada como via de atuação política das esquerdas, arrogando-a como necessidade histórica em diversos países da América Latina, está amalgamada com este cenário. Esta começou a ser tentada, no Brasil pós-golpe, pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968. As principais organizações voltadas para a luta armada que atuaram em Pernambuco foram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), O Partido Comunista Revolucionário (PCR), A Frente de Libertação do Nordeste (FLNe) e a Varguada Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), sendo a primeira a maior e mais expressiva Organização da Esquerda Armada que atuou em Pernambuco durante o período da ditadura, - 1968-1973, anos de sua existência-, além de possuir a maior inserção no movimento estudantil do Estado, donde proveio também a majoritária de seus quadros. É sobre este aspecto que este artigo traz considerações.

A linha política do PCBR declara a necessidade da combinação na luta de massas do caráter ilegal e não-pacífico com o legal e pacífico, porém anunciando que com o emprego exclusivamente dos últimos não há horizonte de sucesso para a revolução. Em Pernambuco desenvolveu um esforço para, concomitante as ações armadas, desenvolver um trabalho orientado para o movimento de massas, o Movimento estudantil era também conjugado nessa frente.

Quanto às reivindicações mais imediatas: lutar em defesa das liberdades democráticas; pela revogação dos atos da ditadura; pela libertação dos presos políticos; contra a opressão e o terror policial; pelos interesses vitais dos operários; contra a política de arrocho salarial; por aumento de salários e liberdade sindical; pelas aspirações dos trabalhadores agrícolas e camponeses; por uma verdadeira reforma agrária; pela solução dos problemas dos estudantes e de todas as camadas



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

populares; pela resistência ao crescente domínio econômico e políticos do imperialismo estadunidense. Assim está posto na sua *Linha Política*².

Diante da continuidade da oposição organizada ao regime, e ciente do *locus* estratégico-tático que ocupava a juventude, atuante sobremaneira no Movimento Estudantil, setor de maior resistência ao regime de exceção após a decretação do 5º ato institucional, a ditadura cria, nas férias escolares, um instrumento de “controle legal definitivo do Movimento Estudantil”³: o decreto 477. Como disse um autor: “Expressão mais acabada das ameaças de repressão política e ideológica à universidade brasileira” (CUNHA, 2002. p.38). Há quem defenda inclusive que foi a pá de cal no movimento estudantil daquele período (ARAÚJO, 2007. p.193). Estando a Presidência Costa e Silva, no Ministério da Justiça Luiz Antônio da Gama e Silva e no Ministério da Educação Tarso Dutra.

Há uma agudização das premissas lançadas desde 1964, quando da instituição da Lei Suplicy de Lacerda, que decretava a proibição aos órgãos de representação estudantil a toda e qualquer manifestação, ação de perfil político partidário, bem como o incitar greves ou paralisações. Além de prescrever a submissão das entidades estudantis ao controle do Estado, mais precisamente ao Ministério da Educação. Esse decreto vinha para coibir quaisquer tipos de manifestações políticas nas instituições de ensino do país, de menor ou maior grau, que contestassem a ordem que vigia, proibindo-se desde reuniões e confecção e entrega de panfletos ditos “subversivos” até a promoção de greves ou passeatas. Era a política de silenciamento da resistência que avançava no seu endurecimento repressivo.

O AI-5 conjugado com o Decreto-Lei 477 e a Reforma Universitária - instituída e 28 de Novembro de 1968 pela Lei 5.540, baseada nos acordos MEC-USAID⁴ -, formam a tríade central que transformou a Universidade brasileira ajustada à máxima do regime *o diálogo é a violência*, Engendrou-se um processo de desmonte do aparelho socializador característico das instituições de

² Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE). *Linha Política* – Publicações do PCBR. SSP/DOPS-PE. Pron-tuário 27.342.

³ Termo empregado por CAVALARI, 1987, p.137.

⁴ Afora outras leis complementares que viriam depois, a exemplo das Portarias Ministeriais nºs 149-A, de 28 de março de 1969, e a 3.524, de 3 de outubro de 1970.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ensino superior, sobremaneira as públicas, dando lugar a um modelo individualizante com vistas ao mercado e destituído da essência crítica e, por consequência, dialógica.

Já não bastassem tantos funestos elementos, o DL 477 foi reconhecidamente utilizado como instrumento de punição por motivações pessoais, destacadamente gestores das instituições escolares sobremaneira públicas. Nas instituições privadas era utilizada principalmente para demitir professores. E ainda há um agravante, apesar de não estar previsto no texto da lei, efetivamente o enquadramento neste decreto terá vigência de caráter retroativo, sobremodo para os sujeitos infratores da lei de segurança nacional, esta de 1967, vide estudantes que participaram do XXX congresso da UNE.

Consta, segundo levantamento realizado pelo Jornal Estado de São Paulo, que “durante seus 10 anos de existência, o DL 477, foi utilizado 245 vezes, atingindo 12 estudantes do ensino médio, 228 do ensino superior, 3 professores e funcionários de instituições universitárias”⁵. Em Pernambuco, a perseguição aos estudantes foi tão expressiva, que este enquadra-se como o 2º estado mais atingido pelo 477, sendo no mínimo 67 estudantes os punidos diretamente pelo Decreto Lei⁶, número superado apenas pelo Rio de Janeiro, com 82 punições. As instituições, com maior número de indiciados foram: a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Fundação de Ensino Superior de Pernambuco.

Toda essa sanha repressiva dos anos de chumbo vai acelerar o processo que o AI-5 havia catalizado, a passagem de muitos jovens, que se vendo sem vias efetivas de militância, farão a passagem da atuação na resistência democrática para a resistência revolucionária, expressa no período nas organizações armadas.

A atuação do PCBR no Movimento Estudantil de Pernambuco

⁵ Estado de São Paulo apud CAVALARI, Rosa Maria F. **Os Limites do Movimento Estudantil: 1964-1980**. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1987. p. 140

⁶ Levantamento realizado pelo cruzamento de dados de documentos diversos, mas concentrado em três grandes categorias: Jornais de grande circulação do período (Jornal do Comércio e Diário de Pernambuco), Documentos internos da Universidade Federal de Pernambuco e Correspondências e inquéritos do próprio Departamento de Ordem Política e Social.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Como já havia uma inserção dos militantes no movimento de massas, e a promoção deste trabalho de mobilização compunha papel estratégico na tese da Revolução Brasileira do PCBR, continua-se a atuação neste formato, sobremaneira no Movimento Estudantil, onde o Partido tinha bases em vários lugares estratégicos, a exemplo da Faculdade de Direito do Recife, Escola de Arquitetura, Escola de Geologia e da Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), majoritariamente na condição de gestão de Diretório Acadêmico (DA). Focaremos na atuação do PCBR na EEP devido a sua relevância dentro do quadro geral do ME do Estado e de sua posição tática particular para o Partido.

No ano de 1968, o PCBR participou, com suas bases, ativamente das manifestações de rua populares e estudantis, neste último exercendo inclusive clara liderança e papel organizativo. Bem como desenvolveu uma militância cotidiana em que tinha núcleos de inserção, no movimento estudantil secundarista e universitário, em que desenvolveu uma atuação orgânica e combativa, já respaldada antes mesmo da atuação enquanto Partido, mas agora as atividades pressupõem todo um novo horizonte que apesar de delineado, não havia sido definido; tratava-se do caminho armado para a revolução. E essa atuação estará quase sempre no extremo da legalidade ou fora dela, e vai se aguçando, os riscos inclusive, com o decorrer do tempo e o enrijecimento da repressão.

1968 marcará o momento áureo do Partido em Pernambuco no tocante à mobilização de massas e recrutamento para o partido, pois diante das manifestações em pleno vapor e o clima político efervescente a adesão a organização era tarefa menos inglória do que nos tempos que estariam por vir. Também é nestes primeiros meses que o PCBR conseguiu aplicar em condições, minimamente favoráveis, suas premissas de atuação por meios legais no movimento de massas, pois com o endurecimento político e repressivo desfechado contra toda e qualquer oposição, impôs-se uma atuação com o timbre irrevogável da desobediência civil.

O DA da Escola de Engenharia de Pernambuco, situada então na Rua do Hospício no Recife, era um dos principais núcleos de atuação do movimento estudantil do PCBR. Neste DA forma-se um núcleo de membros e apoiadores do partido, que teve uma relevante, ainda que difícil e decrescente, renovação no decorrer do tempo, quando da imposição da clandestinidade devido às atividades políticas; foi composto ativamente por Alberto Vinicius de Melo Nascimento, João



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Mauricio de Andrade Baltar e Candido Pinto de Melo, e posteriormente Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral, principal articular do ME após o descenso do movimento de massas. As panfletagens, reuniões, conclamação de assembleias, paralisações, são as principais atividades promovidas que gradativamente erigem-se maiores dificuldades operacionais para realização.

Cândido Pinto desenvolve uma proeminência no ME e projeta-se como principal líder estudantil da Escola de Engenharia de Pernambuco do período, chegando a outubro em 1968 a eleger-se presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) - desarticulada desde o golpe - numa eleição acirrada contra a Ação Popular, representada por Marcos Burle de Aguiar. E os meses seguintes marcaram o descenso do movimento de massas, apesar de ainda haver, indiscutivelmente, uma efervescência política muito grande e um combate diário ao Regime. Denunciava-se aos estudantes primeiramente e, quando possível, à sociedade em geral, nas atividades promovidas, as arbitrariedades da ditadura e conclamando-a lutar em prol de uma universidade e sociedade melhores e mais democráticas. O movimento estudantil carrega a marca da junção das suas pautas internas, mais corporativas por assim dizer, com as questões sociais mais gerais. O combate à reforma universitária empreendida em 68 e a aplicação do Acordo MEC-USAID é emblemático nesse sentido também em Pernambuco.

Em finais de 68 e inícios de 69 na escalada repressiva o movimento estudantil foi um dos principais alvos. Vários diretórios acadêmicos sofrem intervenção, são fechados ou mesmo destruídos fisicamente, como chegou a ocorrer na Universidade Católica de Pernambuco (UCP). Com seus membros perseguidos ainda mais duramente, muitos inquéritos abertos para punição exemplar dos militantes opositores - ao regime ou às diretorias e administração geral alinhadas com este - com o fito de exterminar todo e qualquer contradito às iniciativas do Estado autoritário e igualmente amedrontar ainda mais os que pensassem em pelo menos apoiar o movimento. Conseguem destituir os DAs de sua razão política originária de luta. E isso é acompanhado, articuladamente, como todo um arcabouço jurídico, a principiar-se com o AI-5, que sustentaria o paroxismo repressivo, torpemente com pretensões de democracia, categoricamente afirmada no plano discursivo governamental e legitimada pelo absenteísmo devido em muito aos resultados econômicos advindos do “milagre econômico”.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O Decreto 477, anteriormente debatido, insere-se estrategicamente nesse contexto. O qual foi analisado pelo PCBR em sua *Carta Política* de 1969, e que institucionaliza e intensifica a repressão na universidade. Retira dos conselhos e congregações o poder decisório e concentra-a nas mãos de diretores e reitores – nomeados pelo Estado. Há, de fato, um processo de militarização da Universidade, com a inserção sem processo seletivo de estudantes pertencentes às forças armadas com o intento de vigiar e reprimir. Depreende o PCBR *que*:

Com a aplicação do decreto 477 e a intensificação geral da repressão, as forças revolucionárias que atuam na universidade sofreram um grande golpe, cujas consequências foram:

- Afastamento da universidade de grande número de estudantes e professores;
- Forçou a afastamento dentre as lideranças e a massa, desde que com a intensificação da repressão tornou-se impossível as lideranças estarem presentes no dia a dia de cada faculdade;
- Passagem para a ilegalidade da grande maioria das entidades de massa;
- Dificuldade no encaminhamento das mínimas ações.

Se tudo isto por um lado aguçou as contradições da universidade e isolou ainda mais a ditadura por outro lado criou um clima de terror e medo coletivo que contribuiu decisivamente para o descenso do ME.⁷

O espaço enraizador e planejativo por excelência das mobilizações nas universidades e escolas, a reunião, é agora acometido de uma intensa vigilância e enquadrada taxativamente, no texto do decreto acima, como infração disciplinar sujeita às sanções mais pesadas, acadêmicas, como a expulsão, e criminais, a partir da abertura dos inquéritos policiais militares, num processo sintônico com toda a estrutura dos órgãos de repressão e o SNI, o qual se modernizava e aprimorava sua integração para maximizar sua eficiência, contando três bases centrais: o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) e o CIE (Centro de Informações do Exército) e por último viria a ser criado, em 1970, o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica).

A empreitada de conduzir uma oposição ao regime dentro da universidade torna-se uma missão por demais temerária e difícil, pois com a saída das lideranças por força de medidas e a inexistência de d'antes rede de relações estudantis ou mesmo espaço aberto para fóruns, reuniões, debates, assembleias a única via que resta é necessariamente a promoção de articulações para lá da

⁷ SSP/DOPS – Prontuário 27.342.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

fronteira da legalidade, suscetível a qualquer momento de enquadramento e punição com desligamento do âmbito da universidade ou escola secundarista⁸.

Então, a informalidade e reserva passou a ser um timbre do *modus operandi* da mobilização. Nessa fase de “articulação ao pé-do-ouvido”, pairava um tom de secretismo, que gradativamente pelos titânicos obstáculos infligidos pelo regime e seus assecclas, tornou-se numericamente muitíssimo reduzido os quadros e a possibilidade de renovações do partido. Mas é graças a firmeza deste movimento de resistência, apesar de todos os pesares que a bandeira da contestação e da imperiosidade de transformação social não abaixou. Cumprindo um papel salutar em todo esse processo a imprensa, a partir das publicações clandestinas num contexto de relativo e consentido ascenso de manifestação da direita em detrimento da expressão da esquerda, era estropiada pelas garras do regime.

E mesmo com essa sanha repressiva, o PCBR manteve sua existência e atividade no meio estudantil, ainda que posteriormente, muitos, decorrente de sua militância, viessem a ser atingidos por sanções legais e devido às fronteiras de atuação impostas, se ausentaram do espaço estudantil para militar em outra frente, as ações armadas sobremodo, como foi o caso de Alberto Vinicius de Melo Nascimento da Escola de Engenharia e do estudante de Geologia e dirigente do Comando Político-militar do PCBR Nordeste, Carlos Alberto Soares.

A perspectiva do caminho armado para a revolução já estava posto para o Partido desde sua fundação e, evidentemente, para seus militantes que se encontram em atividade no meio universitário. Mas como definido na linha política do PCBR, o trabalho de movimento de massas deve ser encaminhado elevando a consciência política dos sujeitos a partir de reivindicações mais imediatistas e cotidianas das categorias, e assim era feito. Era o Movimento Estudantil durante toda a história do partido, a principal fonte de militantes, mesmo para os comandos político-militares, e

⁸ Nesse momento “tortura e propaganda formam duas modalidades complementares de administrar o silêncio e o segredo. Ambas operam nas camadas escondidas do governo ditatorial. A primeira dá-se nos campos de concentração, na madrugada, bem longe da vista e da escuta popular. A segunda, decidida nos gabinetes ocultos, invade literalmente todos os sentidos (sobretudo a vista e o ouvido) da multidão. Pouco sobra, em termos de espaço social – com este açambarcamento da fala, da escrita, da imagem, pelo dominante – para os que se colocam contra o Príncipe do momento”. (ROMANO, Roberto. Autoridade e poder na vida acadêmica. In FÁVERO, 1989, pp. 27-40)



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

núcleo de apoio tático para os membros do “grupo de fogo” – neste último papel, juntamente com a rede, cada vez menor, diga-se de passagem, de profissionais liberais (PLs) que auxiliavam o partido.

A rede de PLs era formada, principalmente, a partir da universidade. Em 1968 quando os estudantes saíam das Universidades e iam exercer as profissões como médicos, engenheiros, advogados, etc., relevante parcela escolhia o PCBR para apoiar devido a sua proposta ser julgada com a mais acertada. Contudo, a medida que os riscos no apoio se exacerbam, a rede igualmente vai escasseando.

Em 1969, Cândido Pinto, principal liderança e presidente da UEP, na qualidade de militante do PCBR, levou a cabo - juntamente como os demais militantes do Partido que atuavam no Movimento Estudantil, com o restante das forças e indivíduos que participavam deste, uma campanha contra as cassações advindas do DL 477. A ousada e histórica *Carta Aberta aos Professores* de autoria de Cândido e divulgada no período no meio universitário, figura bem essa luta da organização, representada pelo acadêmico, expressando a visão dessa organização quanto ao processo ao tempo que denuncia vigorosamente as ligações escusas entre os membros da administração com as forças armadas e as ligações destas com o capital:

Finalmente, será dispensável lembrarmos aqui, que há 5 anos a nossa Universidade foi transformada em um palco de terror, a custa do medo à “subversão” e da “defesa da “Segurança Nacional”.

Tudo isto, torna-se dispensável, pois quem tem olhos facilmente vê. Aí estão as reuniões constantes de diretores e reitores, com o IV Exército, para que os nossos educadores aprendam “como melhor ensinar”, com as autoridades militares. Aí está a Reforma Universitária do Governo, onde qualquer investidor (sim, pois a Universidade é agora vista como investimento econômico privado) pode ser Reitor ou Diretor. E, finalmente, aí está o DECRETO DAS CASSAÇÕES, impondo o TERRORISMO à vida universitária.

Sobre o Processo de Cassações

(...) Para nós estudantes, este decreto é o particular, na educação, do Ato Nº 5. Assim como o Ato Nº 5 representa a tentativa de amordaçar todo país. O decreto-lei busca amordaçar, de modo especial, os estudantes, professores e funcionários.

Para nós estudantes, só existe uma posição em relação ao decreto: NÃO ACEITÁ-LO, resistir ao máximo à sua aplicação. Nós, sempre, lutamos por uma Universidade Dinâmica e voltada para os anseios de libertação e bem-estar do nosso povo, e não será agora que pararemos. As repressões, masmorras, torturas e até mesmo os mortos já não nos intimidam.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

(...) Finalmente esperamos contar com o apoio e a colaboração de todo o corpo docente das universidades de Pernambuco, para que juntos possamos dar prosseguimento à nossa luta contra a política educacional da ditadura e por uma universidade popular.⁹

Diante da destacada atuação de Cândido Pinto, membro do Comitê Zonal do PCBR, na noite do dia 30, às 22:30 aproximadamente, quando esperava o ônibus na parada do cruzamento da Rua Amélia com a Avenida Rui Barbosa, é vitimado com três disparos de arma de fogo, um deles atingindo sua coluna e fracionando a medula, que lhe sequencia o estado de paraplegia. Hoje, e já na época, sabidamente executado por integrantes dos órgãos de repressão, o DOPS especificamente. O relatório do inquérito instalado na época para apurar os fatos e autores do crime, apontou que era “forçoso concluir-se que a autoria do delito teria partido de policiais, onde se destaca a figura do Tenente FERREIRA, oficial encarregado das diligências que tinham por finalidade a prisão de pessoas tidas como subversivas.¹⁰

E nada foi efetivamente diligenciado naquele momento diante das constatações apontadas no processo no sentido de punir os seus homicidas, minimamente o Tenente Ferreira, torturador conhecido de então, comparável a Fleury em sua violência, e hoje ainda mais a partir dos depoimentos dos que sofreram em suas mãos. Contrariamente, quando convocado para depor pelo Delegado de Segurança Pessoal e Homicídios Artur Rodrigues de Freitas Junior, responsável pelo caso, o último é informado pelo Coronel Expedito Queiroz, superior do Tenente, que este em razão de ter de viajar para aos Estados Unidos da América com o fito de cursar a Escola Internacional de Polícia não poderia comparecer para prestar os esclarecimentos solicitados¹¹. Mas antes mesmo deste fato, porém posterior ao atentado contra o universitário da Escola de Engenharia, o tenente já havia sido recolhido à Escola de Oficiais até segunda ordem, como consta no relatório do processo, supramencionado.

A Escola Internacional de Polícia trata-se da Escola das Américas, conhecido centro de ensino de métodos de tortura com filial no Forte Gullick na Zona do Canal do Panamá. Esta dava

⁹ SSP/DOPS – Prontuário Cândido Pinto de Melo, Nº 17.011

¹⁰ Relatório de Inquérito Portaria nº 271. Secretária de Segurança Pública – Delegacia de Segurança Pessoal e Homicídios. 8 de setembro de 1969. Prontuário SSP/DOPS Cândido Pinto de Melo, nº 17011.

¹¹ Ofício s/n. Polícia Militar de Pernambuco - Estado Maior. 14.8.1969. Prontuário SSP/DOPS Cândido Pinto de Melo, nº 17011.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

suporte para aperfeiçoamento das técnicas de repressão e interrogatório às ditaduras de todo o Cone-sul contra a resistência de seus opositores. Situando-se no arco da notória participação estadunidense no apoio aos estratagemas golpistas na América Latina, bem como em sua manutenção durante longo período da Guerra Fria.

Na visão do PCBR, o recrudescimento de repressão converteu muita das formas de luta do Movimento Estudantil em ultrapassadas, pois não possuíam mais operacionalidade, simultaneamente impondo um mínimo de apoio armado na promoção de qualquer ação e a violência como fator constante na quase totalidade dos modos de luta. Este entendimento é fruto de um debate levado a cabo internamente no Partido após a ofensiva da repressão com o AI-5 e o DL 477 a seu serviço, na busca de soluções e caminhos táticos a seguir diante dessa nova fase, caracterizada sobremaneira pelo resfriamento quase total do movimento de massas de 1968.

No entanto, o PCBR, traçará um entendimento certamente romântico de que após o AI-5, mesmo ocorrendo o descenso das lutas de massas, havia espaço para grande intensificação das ações armadas por parte das forças revolucionárias. Nesse sentido depreendem que o processo revolucionário no Brasil dirige-se para o avanço cada vez maior e as ações armadas igualmente inclinam a fortalecer-se mais ainda. E por fim professam: “não podemos prever quantas trocas de generais haverá, quantos “golpes” de Estado serão dados pelas forças reacionárias, nem quantos atos institucionais ainda, serão editados, só podemos prever que o processo revolucionário brasileiro avança cada dia mais e como resposta a repressão das classes dominantes é intensificada cada vez mais”¹². Todavia o que será visto ao final da experiência de luta armada, é que esta não conseguiu um reconhecimento de legítima representação junto às massas.

A análise que o partido realiza é a de que o cometeu-se um grave erro em não se preparar para o avanço da repressão e por consequência não preparando as massas e uma estrutura para resistirem e progredirem com o processo revolucionário à margem da legalidade quando chegasse essa fase –, já teoricamente previsto esse momento de clandestinidade. A resultante desse legalismo em que caíram foi, no movimento estudantil, a intervenção, fechamento ou inatividade de maior parte dos DAs e DCEs e Grêmios estudantis do Brasil, acompanhada de um arrefecimento das

¹² *Carta Política*. Publicações do PCBR. SSP/DOPS. Prontuário 27.342



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mobilizações e atividades políticas nas universidades e escolas. Por conseguinte para superação deste sério desacerto, a perspectiva da ilegalidade de agora em diante deveria estar sempre posta.

A *Carta Política* já citada traz a questão que se de fato o ME comunga das lutas do povo brasileiro, então deve também participar de seus modos fundamentais de luta. É nesse ínterim que se coloca a utilização da violência pelos estudantes, mesmo que em nível baixo, mas numa preparação para a grande violência que participarão juntamente com o restante do povo brasileiro. Concluem que a necessidade de que o ME se integre efetivamente às guerrilhas urbanas é premente e exigirá preparação não somente política, mas também militar. Taticamente, cumprindo um papel salutar no desenvolvimento do processo revolucionário a partir da guerrilha rural, mantendo relevante proporção das forças de repressão nas cidades.

Concluindo que naquele momento para o desenvolvimento das lutas de massa é imprescindível um mínimo de apoio armado, o qual deverá ser majorado gradativamente com seu avanço e o desenvolvimento mesmo da luta armada. Devendo haver a constância ininterrupta de propaganda da violência revolucionária em todos os momentos, seja através da orientação para publicação sobre a questão, nas agitações desenvolvidas e sobretudo pela via da prática propriamente dita.

Desde os primeiros meses de 1969 – momento em que se forma o primeiro Comando Político-militar (CPM) do PCBR – até abril de 1972, quando ocorre a prisão dos membros do seu núcleo estudantil pelo DOPS-PE, haveria a atuação da organização no meio universitário, bem como seu Comando Político Militar (CPM) e o Grupo Armado de Propaganda (GAP) seriam constituídos por militantes egressos do Movimento estudantil, o que denota a importância desse setor para o PCBR na articulação geral e desencadeamento das ações armadas em Pernambuco.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Bibliografia

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento (2007). **Memórias Estudantis**, 1937-2007: Da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Damará; Fundação Roberto Marinho.
- ARAÚJO, Maria Paula. (2008) Esquerdas, Juventude e Radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. IN: FICO, FERREIRA, ARAUJO & QUADRAT (Orgs.). **Ditadura e Democracia na América Latina**: Balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- BOBBIO, Norberto (1992). **A Era dos Direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- CAMPOS, Antônio de (2011). **O Caráter e o Sentido do Golpe de 1964 no Brasil**. Recife: Oito de Março Gráfica e Editora.
- DREIFUSS, René Armand (2006). **1964**: A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes.
- CAVALARI, Rosa Maria F (1987). **Os Limites do Movimento Estudantil**: 1964-1980. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- COMBLIN, J. (1978). **A Ideologia da Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ROMANO, Roberto (1989). “Autoridade e poder na vida acadêmica”. In FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (Org.). **A Universidade em Questão**. São Paulo: Cortez; Editora Autores Associados.
- TOLEDO, Caio Navarro de (2004). “1964: O Golpe Contra as Reformas e a Democracia” In MOTTA, Rodrigo Patto Sá. REIS FILHO, Daniel Aarão. RIDENTI (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar**: 40 Anos Depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc.
- _____ (1983). O Governo Goulart e o Golpe de 64. São Paulo Brasiliense.